



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA
APRESENTADA PELA SECRETARIA
DA AGRICULTURA E
DESENVOLVIMENTO RURAL PARA
COMPRA DE IMPLEMENTOS
AGRICÓLAS DO MUNICÍPIO DE
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme definição do art. 6º, inciso XX, da Lei Federal n. 14.133/2021, é o “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

Extraí-se da obra de Marçal Justen Filho¹ que o Estudo Técnico Preliminar:

[...] não fornece as respostas definitivas quanto à licitação e ao contrato, mas demonstra a necessidade e indica a possível solução. Portanto, deve-se admitir que os elementos constantes do estudo técnico preliminar sejam retificados durante a elaboração dos documentos referidos no inc. II [do *caput* do art. 18 da Lei Federal n. 14.133/2021] (anteprojeto, projetos básico e executivo ou termo de referência) [grifo nosso].

Ainda, sobre seu posicionamento no processo licitatório:

[...] o estudo técnico preliminar deverá ser precedido de uma pluralidade de atividades destinadas a obter informações e a identificar as soluções a serem adotadas. Ou seja, o estudo técnico preliminar não se constitui em ato que desencadeia o processo da licitação, mas é antecedido de atividades diversas que podem demandar um longo período de tempo.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas*: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 355.



SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Quanto aos elementos do ETP elencados no art. 18, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o mesmo autor faz a ressalva de que “os diversos incisos do § 1º não contemplam uma ordem lógica ou cronológica de atividades”, razão pela qual foram dispostos neste documento de modo a possibilitar desenvolvimento lógico e coerência interna.

Sobre a sua divulgação, dispõe Joel de Menezes Niebuhr:²

Convém ponderar que o estudo técnico preliminar é essencialmente voltado para a Administração (para dentro), e não para os licitantes (para fora). É um estudo feito pela Administração para, basicamente, definir a sua necessidade e avaliar as opções que o mercado lhe oferece, de modo a produzir o termo de referência ou o projeto básico, conforme o caso. Com esse espírito, o estudo técnico preliminar não é documento anexo obrigatório ao edital e não precisa ser levado à publicação. Pode até sê-lo, mas não o é de forma compulsória.

Por fim, nos termos do art. 19, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021, para fins de elaboração deste ETP, utilizou-se do modelo de minuta instituído, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, do Município.

Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda da Secretaria da agricultura e desenvolvimento rural do Município de Santo Amaro da Imperatriz por compra de implementos agrícolas, para melhoria na execução do serviço para os agricultores de nosso município.

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	Arado de Disco com eixo fixo, contendo 3 discos de 28 polegadas por 6cm de espessura. Separação de aproximadamente 570 mm, largura do corte de 800 – 900 mm.
2	1	Arado Subsolador com 5 hastes de disco de corte , com largura de 175 cm e altura de haste de 59 cm; contendo rodas de controle de profundidade.
3	1	Grade Hidráulica contendo 24 discos de 20 polegadas, com 8 mancais, sendo mancais de rolamento duplo banhado a óleo. Contendo o espaçamento de 200mm e

² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 421.



		tendo largura de corte de 2,38m; com a regulagem do ângulo de corte sendo ajustado através de pino.
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------

A necessidade da demanda da secretaria de agricultura do município para atendimento aos agricultores, pois, grande porcentagem deles não tem maquinários para fazer seus serviços, sendo atendidos pelo programa da agricultura familiar.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei Federal n. 14.133/2021, o levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis juntamente à justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar e é conteúdo a ser acrescido no Estudo Técnico Preliminar, mormente pois este deve "sondar e propor soluções e alternativas ao gestor, no intuito de melhor adimplir as necessidades públicas", eis que "o problema a ser resolvido deve se dar com a indicação da melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação".³

Assim, para a indicação da solução que melhor atende à demanda apresentada, inicia-se a exposição.

3.1. SOLUÇÃO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

A análise realizada sobre a demanda existente e as possíveis soluções para atendê-la indica que a renovação dos implementos agrícolas é a alternativa mais viável, especialmente quando comparada à reforma de equipamentos antigos, que geraria custos elevados devido ao desgaste natural. A decisão de optar pela renovação por meio de processo licitatório parece ser a mais racional, pois além de atender a necessidade atual de forma mais eficiente, também garante maior durabilidade e adequação dos implementos para o trabalho no campo.

A modalidade de licitação é vantajosa nesse contexto, pois permite a concorrência entre fornecedores, o que pode resultar em melhores condições financeiras e em uma maior transparência no processo de aquisição. Além disso, ao adquirir equipamentos novos, a manutenção futura tende a ser mais simples e menos custosa.

3.2. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

³ HEINEN, Juliano. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*: Lei nº 14.133/21. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 157.



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

A partir da definição de que a aquisição do objeto supracitado se configura como a solução mais viável para o atendimento da demanda exposta, cumpre analisar de que modo o município poderá disponibilizar a sua contratação as suas secretarias.

De início, destaca-se que, nos termos Decreto Municipal 8.519/2023, os itens a serem licitados serão de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, razão pela qual sua aquisição encontra-se autorizada, conforme disposição do art. 20 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Descarta-se, sumariamente, a realização de contratação direta pelo município para aquisição dos bens, eis que não enquadrável em qualquer das hipóteses previstas nos arts. 74 e 75 da Lei Federal n. 14.133/2021. Especialmente quanto às hipóteses em que a licitação seria inexigível pela inviabilidade de competição, verificou-se na pesquisa de preços iniciada (mas ainda não concluída) durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar – a qual será acostada aos autos deste processo – a existência de ampla variedade de fornecedores para os diversos itens que constituirão o objeto deste processo licitatório, viabilizando, assim, a sua competitividade.

A respeito da possibilidade de realização de credenciamento, verifica-se que o presente caso não se subsume a qualquer das situações previstas no *caput* do art. 79 da Lei Federal n. 14.133/2021, eis que, respectivamente: a) não é vantajosa para a Administração a realização de contratações em condições padronizadas, especialmente quanto ao preço dos itens, em razão do detrimento da economia de escala; b) os bens serão utilizados diretamente pela administração pública, não sendo possível a seleção pelo beneficiário da prestação; e c) não há flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação deste bem.

Assim, não se configurando hipótese de contratação direta, tampouco de credenciamento, imperioso o cumprimento do dever constitucional de realização de licitação, a qual ocorrerá na modalidade pregão, visto que, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 29, *caput*, da Lei Federal n. 14.133/2021, configura-se como “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns” e deve ser adotado “sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, situação evidente no presente cenário em razão do objeto licitado: bem de natureza comum, podendo ser objetivamente definido no edital.



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Realizando-se a licitação pela modalidade pregão, o art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n. 14.133/2021 dispõe que, discricionariamente, o seu “critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”, optando-se, no presente caso, pelo critério de menor preço

Ante o exposto, verifica-se que o procedimento licitatório mais adequado para a aquisição do objeto supracitado é a realização de licitação, na modalidade pregão, pelo critério de menor preço, atuando o município como Órgão Gerenciador.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não foi elaborado Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	Arado de Disco com eixo fixo, contendo 3 discos de 28 polegadas por 6cm de espessura. Separação de aproximadamente 570 mm, largura do corte de 800 – 900 mm.
2	1	Arado Subsolador com 5 hastes de disco de corte, com largura de 175 cm e altura de haste de 59 cm; contendo rodas de controle de profundidade.
3	1	Grade Hidráulica contendo 24 discos de 20 polegadas, com 8 mancais, sendo mancais de rolamento duplo banhado a óleo. Contendo o espaçamento de 200mm e tendo largura de corte de 2,38m; com a regulagem do ângulo de corte sendo ajustado através de pino.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo



SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nos descritivos do item presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador.

6.1. ENTREGA DO OBJETO

Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, na Praça Governador Ivo Silveira, n. 306 (em frente a Prefeitura), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento.

Todas as despesas relacionadas com as entregas ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização da Secretaria, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente da Secretaria. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência e dos descritivos do item.

6.2. GARANTIA DO OBJETO



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

O prazo de garantia dos implementos agrícolas não poderá ser inferior a 12 meses, contados da data de emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com os implementos agrícolas entregue

Os implementos agrícolas deverão vir com os manuais (de Operação, de Garantia e Manutenção e Catálogo de Peças) em Português.

Durante o prazo de vigência da garantia, se os implementos agrícolas apresentarem defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem danos para a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Lembrando que, para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC. Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do CDC, não se excluindo eventual prazo em aberto referente à garantia contratual ou a outra garantia disponibilizada pelo fornecedor.

De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 dias contados do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o parcelamento do objeto mostra-se viável técnica e economicamente na medida em que é composto de itens de natureza divisível, dado que cada item possui aplicação individual, sendo que tanto aquisição quanto a utilização independem dos demais.

Destaca-se que, conforme entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União e manifestado na atual legislação licitatória, o parcelamento configura-se como regra, sendo uma exceção o agrupamento em lotes, dispensando maiores digressões acerca de sua adoção:

Súmula TCU n. 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras,



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Além do mais, em razão da possibilidade de serem fornecidos por empresas distintas e, desse modo, ampliando-se a competição e evitando-se a concentração de mercado, existe alta possibilidade de redução dos preços ofertados, conforme comumente se observa em certames desta natureza.

8. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DA CONTRATAÇÃO

O quantitativo foi estimado de acordo com a disponibilidade financeira, frente à solução adotada, que é a renovação dos implementos:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	Arado de Disco com eixo fixo, contendo 3 discos de 28 polegadas por 6cm de espessura. Separação de aproximadamente 570 mm, largura do corte de 800 – 900 mm.
2	1	Arado Subsolador com 5 hastes de disco de corte , com largura de 175 cm e altura de haste de 59 cm; contendo rodas de controle de profundidade.
3	1	Grade Hidráulica contendo 24 discos de 20 polegadas, com 8 mancais, sendo mancais de rolamento duplo banhado a óleo. Contendo o espaçamento de 200mm e tendo largura de corte de 2,38m; com a regulagem do ângulo de corte sendo ajustado através de pino.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para o processo o valor total de R\$62.300,00 (Sessenta e dois mil e trezentos reais).

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS
MITIGADORAS**



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

11. CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando os resultados obtidos do levantamento de mercado e da definição do objeto a ser adquirido; os apontamentos feitos acerca do processo licitatório a ser realizado e a necessidade de utilização do critério de menor preço; **CONCLUI-SE** que a melhor solução para atender as demandas apresentadas pelos órgãos ou entidades do município é a realização de licitação, na modalidade pregão, pelo critério de menor preço para aquisição de implementos agrícolas.

Santo Amaro da Imperatriz, 07 de abril de 2025.

Douglas Jacinto Machado
Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural